

ENTREVISTA: FRANCILENE DO CARMO CARDOSO

Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Biblioteconomia pela UFMA. Autora do livro 'O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra'.

REBECIN: *No âmbito da Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Gestão da Informação, Museologia, ainda há poucas pesquisas e pesquisadores que se dediquem aos estudos de gênero, racismo, religião, entre outros assuntos, voltados à diversidade e multiculturalidade. Em sua opinião, por que isso ocorre e como é possível melhorar essa realidade?*

FCC: A meu ver uma das razões para esse silenciamento se deve ao fato de que todas essas opressões são parte da estrutura da sociedade capitalista brasileira, e estão enraizadas em sua todas as instituições e espaços sociais, nas fábricas, nas escolas, igrejas, universidades, na família etc. Seja o racismo, o sexismo, a LGBTQ fobia (GLBTQ é o acrônimo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e *queer*) todas elas se referem a ideologias de dominação que, por sua vez, hierarquizam pessoas segundo sua raça/etnia, orientação religiosa e sexual etc.

Essa é uma compreensão importante para pensarmos além da ideia hegemônica que, muitas vezes, considera apenas os aspectos morais e subjetivos do sujeito. Assim, a responsabilidade por um ato de discriminação e de racismo – como chamar negros(as) de 'macaco', afirmar que cabelo crespo 'é cabelo ruim', ou chamar uma pessoa homossexual de 'veado' ou 'sapatão', um transgênero de 'travesti' ou, ainda, um(a) praticante de religião de matriz africana de 'macumbeiro(a)' –, é compreendido apenas como um desrespeito ao outro ou intolerância ao outro, entretanto, todas essas opressões são oriundas de concepções enraizadas na nossa sociedade que é capitalista, que vive da exploração do trabalho e que as utiliza para se desenvolver e se manter, embora não as tenha criado.

Assim, as opressões no âmbito de uma sociedade capitalista servem

para explorar e dominar os trabalhadores. E isso se reflete em todas as áreas e contextos da sociedade. Nesse sentido, essas questões não podem ser pensadas separadas dos distintos contextos sociais e profissionais, pois são orientadas por ideologias. Sendo fruto e a serviço da sociedade, os profissionais de qualquer área de atuação precisam repensar suas práticas, considerar essas dimensões sociais como fator importante do planejamento e avaliação dos serviços que presta à sociedade.

O que ocorre é que essas questões deveriam estar presentes na nossa formação e no nosso fazer. No entanto, são tratadas com invisibilidade como se o racismo, machismo, sexismo, LGBTQ fobia e a intolerância religiosa não existissem e não nos afetasse, nem as instituições em que atuamos, muito menos a comunidade a quem a biblioteca se destina.

No caso do racismo esse silenciamento vem sendo perpetuado pelo o mito da democracia racial, isto é, 'de que todos somos iguais', concepção tão difundida na sociedade brasileira desde a Década de 30.

Segundo esse mito, o Brasil teria sido formado pela união harmônica entre três povos originários, portugueses, indígenas e africanos, esses grupos geraram uma população pronunciadamente mestiça livre de ódio e conflitos raciais, o assimilacionismo teria sido nossa marca fundamental.

Todavia, essa foi uma tentativa deliberada da elite brasileira escamotear a violência da escravidão, assim como o mito das três raças formulado pelo antropólogo Roberto DaMatta que serviu como uma maneira de naturalização do lugar do negro na sociedade, acabaram contribuindo para a construção de uma modelo de sociedade excludente e desigual social e racialmente, ao mesmo tempo em que culpabilizou negros e negras pelo seu fracasso.

Não é necessário citar dados para compreender que o racismo é uma realidade no Brasil e, portanto, não somos todos iguais, os altos índices de genocídio e encarceramento da população negra, inclusive de mulheres negras são apenas algumas expressões do racismo, do machismo e da violência racial institucionalizada no Brasil, basta

ver os indicadores no *site* de instituições como: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), Anistia Internacional, entre outros.

O racismo é estrutural e estruturante da nossa sociedade, está presente em todas as instituições do País como bem demonstrou o sociólogo Clóvis Moura em seus estudos, principalmente, por meio do livro 'Dialética radical do Brasil negro'.

Da mesma maneira, os indicadores de 2017 evidenciam o horror da LGBTQ fobia no País: a cada cinco horas um LGBT é morto, o que coloca o Brasil como o País que mais mata LGBT no mundo. Os casos recentes da travesti cearense Dandara dos Santos, brutalmente espancada e morta, e do transexual baiano Thadeu Nascimento, também espancado e morto, são apenas alguns dos fatídicos exemplos.

Como podemos observar, os efeitos colaterais dessas opressões é a transgressão humana das leis e dos direitos humanos, abrangendo o próprio direito à vida, mas também o direito à memória, à informação e à

leitura, sendo que tudo isso parece não mais causar indignação, parece estarmos todos(as) inertes frente a esse tipo de violências. Isso só desvela ainda mais a necessidade de as instituições de informação colocarem este debate na ordem do dia.

Destarte, as ideias que alimentam essas opressões seguem sendo difundidas na sociedade e afetam o cotidiano e as práticas dos profissionais da informação. Felizmente, recentemente, essa discussão vem adentrando o espaço acadêmico e profissional da área. O atraso ocorreu pelo fato de que essas áreas estavam impregnadas de um olhar ocidentalizado, mais especificamente no caso da Biblioteconomia, a exceção se referia ao modo de pensar do indiano Ranganathan. Assim, muitas vezes, há uma única compreensão em relação ao conceito de informação, de cultura, memória etc., e uma só maneira para organizar e disseminar a informação e incentivar a leitura, cujas bases são quase únicas e universais, assim como uma única compreensão de ser e estar no mundo.

Historicamente nos cursos da área tem se considerado muito mais os padrões de conteúdos programáticos dos grandes centros, do que a real necessidade dos países *ladinoamefricanos* – termo cunhado pela antropóloga brasileira Lélia Gonzáles –, ou seja, países cuja formação histórico-cultural, geográfica e do inconsciente, não vem a ser exclusivamente europeia e branca, numa clara denegação da nossa *ladino-amefricanidade*. É preciso questionar essa realidade que tem efeitos sobre nossa formação e práticas profissionais.

Sendo assim, ainda, é desafiador para essas áreas desenvolver e avançar nas discussões e ações de valorização de toda e qualquer diversidade (etnicorracial, de gênero, sexualidade, religiosidade etc.) da população brasileira. Para tanto, a importância de novas bases teórico-político-pedagógicas, voltadas a pensar a complexidade e a diversidade se constituem em um imperativo para essas áreas. Esforços vem sendo feitos como, por exemplo, o de *Mirian de Albuquerque Aquino*, pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Gênero, raça/etnia religiosidade e orientação sexual não são modismos, nem meramente temas acadêmicos, são questões sociais que dizem respeito à vida de muitos(as) de nós profissionais da informação, são questões contemporâneas que necessitam ser refletidas nesses campos, mas, principalmente, transformadas.

A promoção da igualdade racial, e da diversidade e do multiculturalismo perpassa um olhar crítico frente a nossa história passada e contemporânea, precisamos superar de fato a herança de 500 anos de escravização de africanos para então pensar em um País democrático racialmente e diverso, bem como considerar tais opressões como estruturais da nossa sociedade que tanto produz barbárie como resistência. Nesse sentido, cabe a nós profissionais da informação nos engajar nessa luta em defesa da emancipação humana.

REBECIN: *Você se dedica a pesquisa e escreveu um livro sobre o negro na biblioteca. Nos conte sobre suas motivações e percepções ao tratar essa temática.*

FCC: As razões que me levaram a escrever o livro *'O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra'* estão relacionadas com a minha história enquanto mulher negra, trabalhadora, moradora de periferia e mãe de criança negra, bem como com minha preocupação em estudar o racismo e as formas como ele se evidencia na sociedade brasileira. Esta última surge desde meu ingresso no Ano de 2002, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para cursar a graduação em Biblioteconomia, quando durante o curso me aproximei do Movimento Estudantil e do Movimento Negro da minha cidade, São Luis, Maranhão.

Na Biblioteconomia percebi certa ausência de discussões acerca das questões sociais como gênero, raça etc. nas aulas do Curso, e isso me levou a buscar caminhos que sanassem essa lacuna. Comecei a participar de debates, cursos e oficinas sobre o tema, em grupos de estudos como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), de colóquios, eventos como o Congresso de Pesquisadores Negros (COPENE). Dessa maneira, venho me fortalecendo com as contribuições e

debates de intelectuais, pesquisadores(as) de diversas áreas, envolvidos com a pesquisa social e o negro.

Quando bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) da UFMA desenvolvi uma pesquisa sobre a representação do negro nos livros de literatura infantil, cuja problemática de pesquisa surgiu de minha participação em uma oficina no COPENE, realizado na UFMA em 2004, bem como da experiência com meu primogênito que aos quatro anos de idade chamou minha atenção para o modo pejorativo de se tratar o negro, em uma das versões do livro *'O negrinho do pastoreio'*, cujo texto descrevia que o menino era "preto igual carvão" e meu filho disse: "mãe eu não quero ser carvão". Esse fato me chamou a atenção para o papel que os livros e a literatura infantil e juvenil têm na construção da identidade racial das crianças.

O tempo foi passando, apresentei meu trabalho *'O negro na literatura infanto-juvenil'* na disciplina de Antropologia, fiz um debate sobre identidade, a partir de alguns autores. Esta pesquisa foi apresentada em alguns eventos da área e, também,

fora dela, e fui me dando conta de que o Curso precisava debater esta temática, silenciada pelo racismo e pelo manto do mito da democracia racial.

No final do Curso, ao desenvolver o estágio curricular na Biblioteca Pública Benedito Leite, retomei esta temática e, após passar por vários setores, entre eles a Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa (BIJVC), decidi investigar o acervo de literatura infantil e juvenil (LIJ) desta Biblioteca, sendo que após selecionar e analisar as obras constantes do acervo conclui que as histórias e imagens do negro que esses livros representavam, estavam muito mais vinculadas ao período de escravidão do que da história de resistência.

A pesquisa realizada durante o estágio curricular resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido no início de 2008, sob a orientação da professora *Maria Mary Ferreira*, com a participação de *Maria Cléa Nunes* também professora do Departamento de Biblioteconomia e de *Carlos Benedito Rodrigues da Silva*, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA,

que de maneira interdisciplinar debateram e aprovaram o TCC.

É importante destacar o fato de que nesse mesmo período de realização do estágio e do desenvolvimento do TCC, em 2008 desenvolvi o Projeto 'Consciência Negra na Biblioteca', uma ação para trabalhar a cultura negra na biblioteca, em que destaco a abertura da Biblioteca em aceitar uma proposta ousada para aquela época; ousada porque no âmbito da Biblioteconomia ou de áreas afins quando mencionamos a vontade de trabalhar a cultura africana ou afro-brasileiras, o mito da democracia racial aparece de modo contundente, através de falas como: "mas somos um país mestiço e de iguais, trabalhar só com a cultura negra é que é racismo". Nesse sentido, ao aceitar desenvolver um trabalho de valorização da cultura negra a Biblioteca demonstrou sua preocupação e evidenciou a importância da contribuição desse povo para a sociedade e a cultura nacional.

Destaco, também, que este Projeto foi desenvolvido de maneira articulada com organizações do

Movimento Negro em prol da igualdade racial.

Posteriormente busquei a pós-graduação, sendo que no mestrado visando dar continuidade a experiência vivenciada na BIJVC, o referencial teórico foi aprofundado a partir da literatura das áreas de Ciência da Informação, História e Ciência Política, resultando no livro publicado com a finalidade de socializar a um público mais amplo os resultados da pesquisa de mestrado e poder contribuir com a discussão filosófico-epistemológica na Biblioteconomia e Ciência da Informação a partir do debate da questão racial.

Acredito, que livro 'O negro na literatura infanto-juvenil' se constitui em um instrumento para auxiliar os profissionais da informação / bibliotecários no combate ao racismo institucional, ainda, presente em muitos espaços culturais em que atuamos, além de contribuir com algumas propostas de ação pedagógica relacionadas a cultura negra, a partir da Filosofia Africana *Sankofa*.

Muitas águas rolaram após o livro ser publicado em 2015, atualmente já existem muitas LIJ que

tratam positivamente o Continente Africano e o negro no Brasil em seus textos e ilustrações. Vários(as) escritores/as negro/as vêm sendo divulgados(as), a exemplo de *Cidinha da Silva* e *Conceição Evaristo*, apenas para citar alguns nomes. Este ano a maior festa literária do País homenageou o escritor carioca negro Afonso Henriques de Lima Barreto, mais conhecido como *Lima Barreto*, demonstrando o reconhecimento deste importante escritor para a cultura brasileira.

Este ano a primeira escritora negra brasileira, *Maria Firmina dos Reis*, fará seu centenário de morte e ao que tudo indica a Feira do Livro de São Luis, Maranhão, lhe fará uma reconhecida homenagem uma vez que foi uma grande escritora e educadora maranhense, considerada a primeira romancista brasileira tendo publicado diversas obras como: 'Úrsula' (1859); 'Gupeva' (1861/1862); 'O jardim dos maranhenses'; 'Porto livre'; 'Eco da juventude' (1863); contos e poemas como: 'Parnaso maranhense' (1861); 'A escrava' (1887); 'Cantos à beira-mar' (1871); entre outros escritos; e composições musicais como: 'Auto de bumba-meu-boi' (letra e música).

Atualmente é estudada por vários pesquisadores que procuram dar voz para sua obra.

REBECIN: *Quais os desafios que temos em relação a formação dos profissionais da informação, de modo a torná-los mais conscientes de sua responsabilidade social, no que tange as lutas contra o racismo na sociedade?*

FCC: As ações do Governo Federal em reduzir as desigualdades raciais, fruto da luta do movimento negro, nos últimos treze anos vêm chamando nossa categoria profissional para o debate da questão racial, especificamente com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que respectivamente tornaram obrigatórias a todas as escolas do País o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, entretanto, quantos de nós conhecemos essas Leis, quantas escolas de fato estão implementando o que determina as Leis? Ambas são instrumentos importantes no combate ao racismo contra negros(as) e indígenas. E no que tange ao debate da sexualidade, da orientação sexual, quantos estão trabalhando contra a LGBTQ fobia? Dezenas de gays, lésbicas e transgêneros são mortos Brasil afora,

quantos debates, campanhas, ações culturais realizamos para debater esse tema em nossas instituições? Quantos de nós estivemos à frente do debate em defesa do chamado *Kit-Gay* composto de materiais didáticos e lúdicos para trabalhar a questão de gênero nas escolas?

À medida que a luta do Movimento Negro contra o racismo e pela afirmação da cultura e identidade negras cresceu, essas políticas ganharam relevância e se apresentaram aos profissionais da informação que, por sua vez, precisam estar aptos a trabalhar com a diversidade humana. Contudo, a maior parte dos Cursos que formam profissionais da informação no País, ainda são incipientes as ações que visam trabalhar conteúdos que contemplem a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena, no intuito de atender o que rege as Leis anteriormente mencionadas.

Assim, há a necessidade urgente de colocar no âmbito do debate da formação desses profissionais, as questões raciais, de gênero, religiosas etc., fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária e verdadeiramente

democrática, pois esta é a função social dos(as) educadores(as).

Para tanto, precisam estar preparados para desconstruírem suas próprias concepções, de modo a participarem ativamente da formulação de políticas públicas de informação e leitura, bem como do estabelecimento de instrumentos que inibam e punam situações de discriminação nas unidades de informação em que atuem; o(a) profissional deve fomentar o debate e apresentar a diversidade de visões, leituras, trabalhar com autores negros(as) combatendo o que a filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro denomina de “*epistemicídio*”, isto é, o banimento de autores negros(as) na academia, situação que se apresenta em muitos cursos de diferentes universidades brasileiras.

Quantos de nós formadores de profissionais da informação conhecemos Edson Carneiro (escritor especializado em temas afro-brasileiros e um dos maiores etnólogos brasileiros); Abdias do Nascimento (poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras); Maria Beatriz do Nascimento (intelectual, pesquisadora de temáticas

relacionadas ao racismo e aos quilombos); Lélia González (escritora, uma das fundadoras de instituições como: Movimento Negro Unificado (MNU); Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN); Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga; Olodum. Militante em defesa da mulher negra levou-a ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); Maria Firmina dos Reis (considerada a primeira romancista brasileira); Joel Rufino dos Santos (especialista em cultura africana, autor de inúmeras obras infantis e juvenis, além de títulos sobre história e ciências sociais); Cidinha da Silva (escritora, historiadora, blogueira); Kabenguele Muna-a (antropólogo, especialista em antropologia da população afro-brasileira); Henrique Cunha Júnior (escritor, sociólogo, fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros); Maria Raymundo Araújo, conhecida como ‘Mundinha Araújo’ (escritora, pesquisadora e militante do movimento negro); entre outros(as) intelectuais negros(as) que estudaram/estudam a contribuição dos africanos e afro-brasileiros para a política, economia, literatura e artes no País?

O racismo também está presente nas universidades, muitas vezes é ignorado por parte dos(as) professores(as), mas precisa ser combatido. Contudo, muitas vezes o(a) professor(a) não está preparado(a), e/ou não tem interesse em conhecer mais sobre essa questão. No primeiro caso, é fundamental investir na educação continuada, ou seja, ir além de sua formação inicial, atualmente existem várias possibilidades como, por exemplo, diferentes textos disponíveis na Internet, cursos, oficinas, especializações sobre a temática racial, enfim recursos que podem contribuir para diminuir esse déficit de conhecimento e contribuir com o aprimoramento da formação de modo que conheçam o debate e (re)pensem sobre suas práticas e posições diante de uma realidade cada vez mais complexa e diversa.

Precisamos estar preparados de modo a possibilitar uma formação profissional para além dos conteúdos clássicos e, muitas vezes, eurocêntricos. O professor e pesquisador Michel Menou já nos chamou atenção para a necessidade de africanização da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, áreas

impregnadas de um olhar ocidentalizado, cujo ensino e prática profissionais necessitam ser atualizados frente a realidade brasileira diversa e multicultural. Pensar a formação de qualquer profissional no Século XXI envolve refletir profundamente sobre temas contemporâneos do nosso cotidiano, que antes não eram contemplados, mas que atualmente são extremamente necessários para desenvolver uma percepção ampliada sobre a inter-relação desses conteúdos com a realidade atual e, assim, agirem de maneira mais crítica.

Nesse sentido, o(a) educador(a) precisa ir além de buscar atualização profissional, deve abrir mão de antigas concepções e romper com o paradigma de uma educação eurocêntrica e fragmentada, considerando a realidade em que está inserido, abrangendo os contextos sociopolítico, cultural, etnicorracial, de gênero etc., somente assim passaram a enriquecer profundamente o caráter social de sua atuação.

Francilene do Carmo Cardoso
Universidade Federal do Maranhão
Currículo Lattes:
<<http://lattes.cnpq.br/4709223830726243>>
E-Mail: negafranci@yahoo.com.br
Brasil